

## Associação Nacional de História – ANPUH

### XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

#### “Como se deve escrever a história do Brasil”: uma leitura de von Martius

Neuma Brilhante Rodrigues<sup>1</sup>

**Resumo:** O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro promoveu concursos para incentivar a produção de seus membros. Entre esses, o vencido por von Martius viria a ser o mais célebre. O presente texto propõe que a escolha do famoso escrito de von Martius foi devida à sua síntese de idéias que já guiavam, mas de modo assistemático, as produções daquele Instituto.

**Palavras-chave:** Historiografia – IHGB – von Martius

**Abstract:** The Brazilian Institute of History and Geography promoted several contests to advance the production of its members. Amongst them, the awarded paper from von Martius became the most celebrated. The present text disputes that its choice was a consequence of the ideas in the paper that captured the IHGB non-methodized guidelines rather than its innovation or methodological integrity.

**Key-words:** Historiography – IHGB – von Martius

A fundação e o encaminhamento dos trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro estavam intimamente ligados ao momento histórico vivido pelo país: tramas políticas, assim como preocupações quanto à construção da unidade brasileira e o contato com as idéias européias sobre o conhecimento histórico, informavam os intelectuais e políticos que, reunidos e legitimados pela tutela daquela instituição, pensavam o país.

A escrita de uma história geral do Brasil fora discutida já no primeiro ano daquela agremiação. O marechal Raimundo José da Cunha Mattos, fundador do Instituto junto com Januário da Cunha Barbosa, apresentou o tema já na primeira sessão, nos seguintes termos:

*[...] continuarei a sustentar que ora não convém, nem é possível escrever de um só jato a história geral do império do Brasil, que seja digna dele e faça honra aos membros desse instituto, que de tal tarefa houverem de ser encarregados. (RIHGB, 1863/XXVI:122)*

Em decorrência do debate e, possivelmente, por se sentir realmente incapacitada de levar a cabo essa grande tarefa, a mesa diretora do IHGB resolveu abrir um concurso para a escolha do melhor plano para a escrita da história do Brasil, cujas normas foram publicadas no tomo II da Revista.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, bolsista CNPq.

Passados anos do seu lançamento, a comissão responsável premiou a proposta apresentada por Karl Friedrich Philipp von Martius, que teve como único concorrente o diplomata russo Júlio Wallestein, com o trabalho intitulado “*Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil*” (RIHGB, 1882/XLV:159-160).

Wallestein propôs, de modo breve e superficial, a escrita de uma história essencialmente política e dividida por décadas, de modo muito próximo do que já havia sido apresentado por Januário da Cunha Barbosa em sessão e publicada no primeiro número da Revista. Consistia na divisão da história do Brasil em dois grandes blocos: antes e depois da chegada dos portugueses. Diante da falta de fontes, a história antiga brasileira não poderia ser escrita por décadas, restringindo-se a uma apresentação descritiva das nações indígenas que habitavam o Brasil. Quanto à história moderna, o autor compartilhava da preocupação de muitos sócios sobre a impossibilidade da escrita da história contemporânea de forma objetiva e imparcial. Diante dessa dificuldade, a tal História Geral do Brasil teria como seu marco final no ano de 1822. Sobre essa proposta, o comitê responsável pelo resultado do concurso – formado por Francisco Freire Allemão, monsenhor Manoel Joaquim da Silveira e Thomás Gomes dos Santos –, diria apenas que o concorrente não devia ter entendido bem em que consistia o concurso (RIHGB, 1847/IX). Ou seja, sua proposta não era, de fato, digna de ser discutida. O parecer não revela de modo mais claro o que desqualificava a proposta de Wallestein.

Escrito em Munique em 1843, o texto “*Como se deve escrever a História do Brasil*” fora publicado em 1844. Nascido em Erlange, na Bavária, atual Alemanha, von Martius integrou a comitiva que veio ao Brasil quando do casamento de d. Pedro I e dona Maria Leopoldina, viajando pelo interior do Brasil entre 1817 e 1820. Médico por formação, esse naturalista estava especialmente interessado na flora brasileira. Além de suas pesquisas em botânica, que resultaram em um reconhecido trabalho denominado *Flora Brasiliensis*, von Martius também se dedicou ao estudo das doenças e da organização dos indígenas, que sobre os quais publicou “*O estado de direito entre os autóctones do Brasil*”<sup>2</sup>. Voltando à Europa, foi professor da Universidade de Munique e, posteriormente, diretor do Jardim Botânico daquela cidade. Respeitado conhecedor do Brasil, foi um dos sócios correspondentes fundadores do IHGB.

O naturalista e médico Von Martius, já então um reconhecido membro da ‘república das letras’, iniciara sua proposta com a afirmação de que a singularidade brasileira

---

<sup>2</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *O estado de direito entre os autóctones do Brasil*. EdUSP: São Paulo, 1982.

como nação viria da miscigenação de sua população, constituída da mistura do negro, do índio e do branco.

*Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular. (RIHGB, 1953/CCIXX:187)<sup>3</sup>*

As três raças participaram na formação da população, mas a influência de cada uma dependia do seu número e de sua «força moral», concluindo que:

*Disso necessariamente se segue que o português que, como descobridor, conquistador e senhor, deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente, que o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também de certo seria um grande erro para todos os princípios da historiografia pragmática se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população. (...) O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos afluentes das raças índia e etiópica. (p.188-189)*

Mas como defender a idéia do “Brasil mestiço” diante de uma elite que se via como desdobramento da civilização européia nos trópicos? Lançada sua tese principal e tendo consciência da resistência que sua proposta enfrentaria, von Martius seguiu como principal estratégia a desqualificação científica daqueles que à ela se opusessem:

*Sei muito bem que brancos haverá que a uma tal ou qual concorrência dessas raças inferiores taxem de menoscabo à sua prosápia; mas estou certo que eles não serão encontrados onde se elevam vozes para uma historiografia filosófica do Brasil. Os espíritos mais esclarecidos e mais profundos, pelo contrário, acharão na investigação da parte que tiveram, e ainda têm, as raças índia e etiópica no desenvolvimento histórico do povo brasileiro, um novo estímulo para o historiador humano e profundo. (P.188)*

O naturalista demonstrara com isso estar a par das pretensões do IHGB quanto à sua imagem de lugar imparcial para produção do conhecimento, e de seus sócios como homens de ciência, cujo trabalho teria como um dos principais suportes a imparcialidade. O naturalista alemão continuava apelando para recorrências religiosas e humanitárias: aceitar a participação das ‘raças inferiores’ seria, antes de tudo, um ato de filantropia.

*Portanto, devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de três raças humanas que, nesse país, são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na história antiga e que devem servir-se mutuamente de meio e de fim. (p. 189)*

Para Martius, portanto, a história brasileira deveria procurar na miscigenação os matizes do desenvolvimento ‘natural’ do Brasil, correlacionando passado, presente e futuro. A

---

<sup>3</sup> As citações a seguir são todas desta edição, que a partir de agora será identificada apenas pelo número de sua página.

miscigenação se apresentava como o cerne da abordagem metodológica que visava apreender a realidade brasileira, mas seria, também, o resultado final de um processo histórico.

Para compreender o papel das raças na formação da população, era necessário o estudo de cada uma delas, englobando o período anterior ao contato, o contato em si e a dinâmica das relações posteriores.

O primeiro dos troncos raciais a ser trabalhado em *Como se deve ...* foi o indígena, cuja “natureza primitiva” deveria ser compreendida para, só depois, ser estudado em suas relações com os brancos e negros. As investigações historiográficas sobre os indígenas deveriam obedecer ao seguinte método:

*Em primeiro lugar, devemos considerar o indígena brasileiro em suas manifestações exteriores, como ente físico, e compará-lo com os povos vizinhos da mesma raça. O passo imediato nos levará à esfera da alma e da inteligência destes homens; a isto se ligam investigações sobre a extensão de sua atividade espiritual e como ela se manifesta por documentos histórico. (p. 191)*

Von Martius propunha um trabalho ‘etnográfico’, baseado na observação direta e, principalmente, no estudo da língua, visto como o “documento mais geral” e “significativo”. Compartilhando das idéias de degeneração do homem americano, defendidas, sobretudo, por Buffon e De Pauw, von Martius acreditava que os índios brasileiros constituíram resquícios de uma antiga civilização, contando com um número bastante reduzido no momento do contato com os europeus, o que facilitara a conquista. A existência desta civilização decadente teria como um dos principais indícios o uso da língua Tupi na maior parte do território brasileiro, chegando a alcançar outros países

A esses tópicos seriam acrescidas questões referentes às regras de conduta seguidas nas tribos, e nas relações intertribais; o conhecimento indígena relativo aos fenômenos naturais e ao uso das plantas; por fim, os seus hábitos e costumes em geral. O próprio von Martius publicou a respeito desses aspectos o já citado *O estado de direito ....* Por fim, sugere estudos comparativos entre os indígenas de diferentes regiões da América.

O segundo tronco a ser comentado foi o português. Seguindo a mesma lógica usada com as questões indígenas, o autor sugeriu estudos que englobassem o mundo português na Europa e a sua implantação na América. Nesse sentido, era preciso compreender a dinâmica do Império ultramarino português, no qual o Brasil esteve inserido, destacando que a conquista e colonização da América não podiam ser explicadas a partir da lógica colonialista que começavam a ser praticadas a partir dos finais dos oitocentos. O estudo da legislação lusitana, principalmente no que se refere à organização dos municípios, era essencial para a compreensão dessa ocupação do território americano.

As relações eclesiásticas e monacais também mereceram o destaque de von Martius. Aliás, o autor via na atuação das ordens religiosas no Brasil um fator essencial no processo de civilização do país, e chamou a atenção para a potencialidade dos arquivos dessas ordens como fontes privilegiadas para a história colonial, principalmente os dos jesuítas:

*A atividade com que os jesuítas se ocupavam em missões, facultou-lhes meios para que possuíssem as mais variadas e, em grande parte, muito importantes notícias sobre a vida doméstica e civil, assim como sobre as línguas e outros conhecimentos dos índios. Muitas destas notícias ficariam até hoje sem serem aproveitadas e jazem dispersas nos arquivos da ordem ou nas bibliotecas a que estas tocaram depois da supressão desta ordem religiosa. (p. 197)*

A idéia de continuidade entre o mundo português e o brasileiro era especialmente enfatizada em relação à permanência de uma mesma tradição intelectual:

*(...) pertence à tarefa do historiador brasileiro ocupar-se especialmente com o progresso da poesia, retórica e todas as demais ciências de Portugal, mostrar a sua posição relativa às mesmas do resto da Europa e apontar qual a influência que exerceram sobre a vida científica, moral e social dos habitantes do Brasil. (P.198)*

Portanto, se o Brasil era um país indiscutivelmente mestiço, seu público-alvo era apresentado como pouco atingido pela miscigenação, na medida em que fazia parte das “classes elevadas”, onde a mescla das raças apenas começava a ser ensaiada. Além disso, esta elite estava a salvo de qualquer efeito degradante do processo, visto que acompanhava de modo mais direto e sistemático o pensamento e o meio de vida europeus, civilizados. Portanto, se, por um lado, a concepção do Brasil como um país mestiço – positiva ou negativamente – qualificava o país e o distinguia dos demais, mantinha-se a idéia dos brasileiros como, antes de tudo, herdeiros diretos do mundo luso e, portanto, das luzes da civilização européia.

*[...] achará o historiador um atrativo variadíssimo na narração das numerosas viagens de descobertas e incursões dos diferentes pontos do litoral para os desertos longínquos do interior (os sertões), empreendidas em procura de ouro e pedras preciosas, ou com o fim de cativar e levar como escravos os indígenas. (P.199)*

Assim, von Martius chamava a atenção dos seus leitores para o último aspecto das atividades da população branca importante para o desenvolvimento da história nacional: as entradas e bandeiras. Esse movimento de exploração fora essencial para a manutenção de um certo espírito aventureiro português, responsável pela ampliação do território brasileiro e pelo descobrimento de importantes fontes de riquezas.

O último grupo racial a ser destacado por von Martius foi o negro.

*Não há dúvida que o Brasil teria tido um tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução dos escravos negros. Se para o melhor ou para o pior, este*

*problema se resolverá para o historiador, depois de ter tido ocasião de ponderar todas as influências que tiveram os escravos africanos no desenvolvimento civil, moral e político da presente população. (P.200)*

Com essas palavras, von Martius iniciou sua argumentação sobre o terceiro e último “tronco” racial brasileiro. O tratamento dado a esse grupo se diferencia em relação aos demais por sua brevidade. Enquanto aos índios e brancos foram reservadas algumas páginas, aos negros seriam dedicados apenas dois parágrafos. A abordagem de Martius sobre os negros em si seria bastante genérica:

*Mas, no atual estado das coisas, mister é indagar a condição dos negros importados, seus costumes, suas opiniões civis, seus conhecimentos naturais, preconceitos e superstições, os defeitos e virtudes próprias à sua raça em geral, etc., etc., se demonstrar quisermos como tudo reagiu sobre o Brasil. (P.200)*

Escrever sobre a participação negra na formação e construção de um ‘espírito nacional brasileiro’ era particularmente complicado. A implantação e manutenção da sistemática escravização africana exigiram a elaboração de pressupostos de inferioridade intrínseca das populações negras.

Um ponto que considero particularmente interessante diz respeito à idéia da existência de influências mútuas entre o Brasil, as possessões na África e Portugal. Ficaria claro que von Martius não percebia o movimento de colonização apenas no sentido metrópole-colônia, mas via a possibilidade de refluxos de idéias, pessoas e mercadorias entre as diversas partes do mundo português:

*Sendo a África visitada pelos portugueses antes da descoberta do Brasil e tirando eles deste país grandes vantagens comerciais, é fora de dúvida que já naquele momento influía nos costumes o desenvolvimento político de Portugal. (...) Dever-se-á mostrar que movimento imprimiam na indústria, agricultura e o comércio das colônias africanas para com as do Brasil, e vice-versa. (...) Enfim, será conveniente indicar qual a influência exercida pelo tráfico de negros e suas diferentes fases sobre o caráter português no próprio Portugal. (P.201)*

Se, para von Martius, o encontro das raças constituía o eixo central da compreensão histórica do Brasil, era necessário estudar como esse encontro se deu ao longo do território. Considerando a imensidão do país e a pluralidade de sua geografia e população, o autor sugeriu estudos de história regional. A divisão em regiões por esse viajante bávaro teve por base a similitude do meio e a caracterização da ocupação pelos europeus, mas cujo estudo demonstraria pertença de tais partes à uma unidade maior, à nação brasileira. Para tal, as viagens científicas seriam essenciais:

*Só assim poderá ser apto para avaliar devidamente todos os acontecimentos históricos que tiveram lugar em qualquer das partes do Império, explicá-los pela particularidade do solo que o homem habita e colocá-los em um verdadeiro nexa pragmático para com os acontecimentos na vizinhança. Quão diferente é o Pará de*

*Minas! Uma outra natureza, outros homens, outras precisões e paixões, e por conseguinte, outras conjunturas históricas. (P.203)*

Por último, o naturalista apresentou uma série de considerações sobre o papel político da escrita da história. Essa, vista por ele como “mestra da vida”, deveria fornecer dados para a compreensão e atuação no presente, a fim de firmar um futuro desejável.

*O Brasil está afeto em muitos membros de sua população de idéias políticas imaturas. (...) Para eles, pois, deverá ser calculado o livro [da história do Brasil], para convencê-los por uma maneira destra da inexecutabilidade de seus projetos utópicos (...) e da necessidade de uma Monarquia em um país onde há um tão grande número de escravo. (...) Nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para prestar um verdadeiro serviço à sua pátria deverá escrever como autor monárquico-constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra. (P.204)*

A proposta de von Martius se constituía em um projeto centralizador, monarquista, filosófico, pragmático e, apesar de ter como sua base fundamental a questão da miscigenação racial, era essencialmente branca. Portanto, era uma síntese dos ideais presentes do IHGB desde sua fundação, o que pode ser explicado pelo contato que von Martius estabelecera com o IHGB desde a sua fundação, e dos da instituição com as idéias européias acerca do conhecimento. Além de ser leitor da Revista desse Instituto, ele manteve correspondência com Januário da Cunha Barboza – primeiro secretário – estando, portanto, a par do posicionamento do Instituto em relação às suas pretensões políticas e acadêmicas.

Ao observar os primeiros números da Revista do IHGB, se percebe que muitas das perspectivas apresentadas por Martius haviam sido anteriormente vislumbradas pelos próprios membros do IHGB. Januário da Cunha Barboza e José Silvestre Rebelo escreveram sobre as relações entre brancos, negros e índios no *Programa: Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização de nossos indígenas...*(RIHGB, 1839/I:123-133). O visconde de São Leopoldo desenvolveu, no mesmo tomo, a idéia da existência de uma tradição de letras no Brasil, fundada no período colonial, à qual o IHGB estaria ligado. No tomo seguinte, Cunha Barboza escreveria sobre a possibilidade de “civilização” do indígena por meio da catequese, dando especial atenção à atuação dos jesuítas. Em 1841, por sua vez, foi publicada uma carta de Varnhagen na qual defendia o estudo da língua indígena e da organização de dicionários e gramáticas. A questão da construção de uma nação brasileira a partir da amálgama das raças já era problematizada por Bonifácio no contexto da Independência.

Em geral, o projeto de von Martius foi visto por vários autores como o condutor principal da escrita da história brasileira no século XIX, tendo Varnhagen como seu principal seguidor. Entretanto, acredito ser difícil pontuar o lugar de sua influência, pois, ao meu ver, o projeto de von Martius foi premiado muito mais por seu papel sintetizador das idéias que já

direcionavam os trabalhos do IHGB, mas que se encontravam dispersas, do que pela existência nele de pressupostos inovadores ou pelo rigor metodológico de sua proposta.

Portanto, ao comparar esses temas desenvolvidos por seus sócios ao longo dos primeiros anos do IHGB com os presentes na proposta de Martius, verifica-se uma grande coincidência.